


Transparência pública municipal: análise das variáveis políticas e socioeconômicas determinantes

Municipal public transparency: analysis of the determining political and socioeconomic variables

Transparencia pública municipal: análisis de las variables políticas y socioeconómicas determinantes


Vanessa Unfried Fenner*

Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS),
Roque Gonzales/RS, Brasil
va.fenner@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4877-940> 

Monize Sâmara Visentini

Doutora em Administração (UFRGS)
Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Cerro Largo/RS, Brasil
monize.visentini@uffs.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-6233-6106> 

Felipe Micaíl da Silva Smolski

Doutorando em Economia (UNISINOS)
Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS),
Cerro Largo/RS, Brasil
felipesmolski@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1982-3109> 

Endereço do contato principal para correspondência*

Avenida Pirapó, nº 62, Centro CEP: 97970-000 – Roque Gonzales/RS Brasil

Resumo

Este artigo busca identificar as variáveis políticas e socioeconômicas determinantes do índice de transparência pública dos municípios brasileiros. É uma pesquisa de enfoque quantitativo e de alcance correlacional, utilizando o modelo estatístico de regressão de Poisson com dados de 1.134 municípios brasileiros selecionados probabilisticamente. Os resultados indicam que municípios com maiores taxas de participação eleitoral e governados por homens são mais transparentes, uma peculiaridade do contexto brasileiro. O nível de desemprego é a única variável socioeconômica testada que influencia a transparência, sendo que maiores taxas de desemprego levam a menores índices de transparência municipal. O estudo contribui para demonstrar que o nível de participação eleitoral, nível de desemprego e gênero do gestor impactam sobre os índices de transparência municipal.

Palavras-chave: gestão pública; municípios; variáveis políticas; variáveis socioeconômicas

Abstract

This article aims to identify the political and socioeconomic variables that determine the public transparency index of Brazilian municipalities. This research contains a quantitative focus and correlational scope, using the statistical Poisson regression model with data from 1,134 Brazilian municipalities probabilistically selected. The results show that municipalities with higher rates of electoral participation, and governed by men are more transparent, a peculiarity of the Brazilian context. The level of unemployment is the only socioeconomic variable tested that influences transparency, with higher unemployment rates leading to lower rates of municipal transparency. The study contributes to demonstrating that the manager's level of electoral participation, unemployment level, and gender impact on municipal transparency indexes.

Keywords: public management; counties; political variables; socioeconomic variables

Resumen

Este artículo busca identificar las variables políticas y socioeconómicas que determinan el índice de transparencia pública en los municipios brasileños. Es una investigación con un enfoque cuantitativo y un alcance correlacional, utilizando el modelo estadístico de regresión de Poisson con datos de 1.134 municipios brasileños seleccionados probabilisticamente. Los resultados muestran que los municipios con mayores tasas de participación electoral son más transparentes, así como los municipios gobernados por hombres, una peculiaridad del contexto brasileño. El nivel de desempleo es la única variable

socioeconômica probada que influye en la transparencia, con tasas de desempleo más altas que conducen a tasas más bajas de transparencia municipal. El estudio contribuye a demostrar que el nivel de participación electoral, el nivel de desempleo y el género del gerente impactan en los índices de transparencia municipal.

Palabras clave: gestión pública; condados; variables políticas; variables socioeconômicas

1 Introdução

A Nova Gestão Pública, ou New Public Management (NPM), pautada em valores como capacidade de resposta, otimização dos recursos, inovação, promoção de melhores resultados para a sociedade e transparência (Bernardo, Reis & Sedyama, 2017), aliada às transformações sociais, econômicas e políticas de nível mundial e também à consolidação da democracia no Brasil, elevaram a exigência dos cidadãos com a gestão das organizações públicas e com a transparência dos atos administrativos (Beuren, Moura & Kloeppel, 2013). Por transparência pública entende-se a disponibilização, completa, tempestiva e em meios acessíveis à população, de todas as informações referentes às atividades da administração pública e dos órgãos e entidades que a compõem, com exceção apenas das informações legalmente resguardadas por sigilo. Refere-se, conforme Armstrong (2005), ao total acesso do público a informações confiáveis e oportunas sobre as ações e o desempenho das instituições do setor público.

Para dar suporte à maior preocupação da população com o desempenho da administração pública, novos instrumentos legais foram inseridos na legislação brasileira. O mais notório dispositivo criado nesse sentido foi a Lei n. 12.527 (2011), Lei de Acesso à Informação (LAI). A partir da LAI, órgãos e entidades públicas passaram a ter a obrigatoriedade de divulgar informações mínimas sobre suas atividades via internet, ultrapassando regras já estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar n. 101 (2000), e pela Lei da Transparência, a Lei Complementar n. 131 (2009), outros importantes passos em direção à transparência. O advento da LAI também possibilitou ao governo a mensuração da transparência dos órgãos públicos, por meio de índices tais como o *Ranking* Nacional de Transparência (RNT), desenvolvido pelo Ministério Público Federal (MPF), e a Escala Brasil Transparente (EBT), elaborada pela Controladoria Geral da União (CGU).

Os avanços legais na regulamentação da transparência foram então capazes de estimular a participação social, aprimorar a noção de responsabilidade do Estado diante da população e reduzir as distâncias entre a administração pública e a sociedade (Figueiredo & Santos, 2013). Nesse sentido, a transparência pode constituir um dos instrumentos de papel fundamental na busca por uma sociedade mais justa, em que os interesses coletivos se sobreponham a interesses individuais e específicos. O conhecimento e a compreensão de fatores que condicionam a transparência no setor público facilita o alcance desse modelo de sociedade, uma vez que pode ajudar a determinar as direções que as ações governamentais devem seguir para promover maior participação e controle social, especialmente no nível de gestão municipal, em que a proximidade dos cidadãos com o governo é maior.

Alguns estudos nacionais e internacionais buscaram trazer informações a respeito dos fatores que determinam a transparência, analisando o nível municipal de gestão pública (Cruz, Ferreira, Silva & Macedo, 2012; Souza et al., 2013; Araujo & Tejedo-Romero, 2016a; Araujo & Tejedo-Romero, 2017; Birskyte, 2018; Piña & Avellaneda, 2018; Silva & Bruni, 2019), sendo que apenas o último analisa a totalidade dos municípios brasileiros. As demais investigações nacionais estabelecem cortes baseados em critérios regionais ou populacionais.

Dentre os fatores investigados como influentes da transparência pública estão variáveis de ordem socioeconômica e política. Variáveis socioeconômicas são avaliadas tanto por estudos nacionais (Cruz et al., 2012; Souza et al., 2013; Silva & Bruni, 2019) quanto internacionais (Araujo & Tejedo-Romero, 2016a; Araujo & Tejedo-Romero, 2017; Birskyte, 2018; Piña & Avellaneda, 2018), que analisam a transparência municipal. Variáveis políticas, no entanto, são abordadas apenas em investigações internacionais (Araujo & Tejedo-Romero, 2016a; Araujo & Tejedo-Romero, 2017; Birskyte, 2018; Piña & Avellaneda, 2018).

A ausência de estudos nacionais que investiguem a influência de fatores políticos na transparência pública municipal, bem como de um estudo cujos resultados possam ser inferidos a todos os municípios brasileiros e que compreenda a transparência passiva e ativa instiga a realização da presente pesquisa, que visa suprir essa lacuna teórica. Busca-se, assim, identificar as variáveis políticas e socioeconômicas determinantes do índice de transparência pública dos municípios brasileiros.

A escolha do Brasil como local de estudo deve-se à ausência desse tipo de pesquisa no país. É inédita a realização de investigações que avaliem um grande número de variáveis em uma amostra probabilística tão expressiva. A técnica de amostragem utilizada, que segue a metodologia da Escala Brasil Transparente (EBT), é uma técnica já consolidada no país utilizada por órgãos governamentais como a Controladoria Geral da União (CGU), garantindo a obtenção de resultados robustos e confiáveis.

Para suprir as lacunas encontradas na literatura já existente, utilizou-se como base o estudo de Araujo e Tejedo-Romero (2016a), que analisaram a influência tanto de fatores políticos quanto socioeconômicos na transparência de municípios espanhóis. O modelo investigado por esses autores, e as variáveis que o integram, foram adaptadas de maneira que se adequassem ao contexto brasileiro. Desse

modo, pressupõe-se que o nível de transparência dos municípios brasileiros seja influenciado por variáveis políticas e socioeconômicas.

Além das contribuições acadêmicas, o estudo das variáveis que afetam a transparência pública municipal poderá dar suporte a ações governamentais que visem ampliar a divulgação e o acesso de informações pelas gestões municipais. Conhecidos os fatores que colaboram para alterações positivas e negativas do índice de transparência, ações focadas em tais aspectos poderão ser empreendidas na tentativa de elevar o índice.

A simples divulgação do índice de transparência e do *Ranking* Nacional da Transparência (RNT), também pode elevar a transparência municipal. Ao tomarem conhecimento de sua pontuação e da posição que ocupam no *ranking*, os municípios tendem a criar uma espécie de rivalidade para com os outros, especialmente aqueles que se inserem no mesmo contexto regional. Essa disputa instiga ações de melhoria à transparência que, ao facilitarem aos cidadãos o exercício do controle social e a avaliação das políticas públicas, gera benefícios ao desempenho da gestão municipal, reduzindo os níveis de corrupção e desvios de recursos e instigando a criação de programas e a prestação de serviços que visem à elevação da qualidade de vida da população. Nesse sentido, esta pesquisa, ao promover a transparência pública municipal, o controle social e, em consequência, melhorias para a gestão pública, pode também propiciar o desenvolvimento dos municípios.

2 Variáveis Determinantes da Transparência

Durante os últimos anos, estudos nacionais e internacionais têm voltado seus interesses para a transparência pública, dedicando-se em especial à identificação dos fatores associados à transparência. Muitos desses estudos focam os governos locais ou municipais (Cruz et al., 2012; Souza, Barros, Araújo & Silva, 2013; Araujo & Tejedo-Romero, 2016a; Araujo & Tejedo-Romero, 2017; Birskyte, 2018; Piña & Avellaneda, 2018). Dentre as variáveis investigadas na literatura como influentes da transparência encontram-se variáveis políticas e socioeconômicas. Para a realização deste estudo foram adotadas como variáveis independentes participação eleitoral, competitividade política, composição legislativa, reeleição, gênero do prefeito, nível de desemprego, população, investimento e dívida municipal, muitas delas presentes nos estudos anteriores, e em especial no trabalho de Araujo e Tejedo-Romero (2016a).

A primeira dentre as variáveis políticas, a participação eleitoral refere-se ao exercício do direito de voto. Representa assim, o número de eleitores que compareceram às urnas de seus municípios durante as eleições. Na Espanha, país em que foi aplicado o estudo de Araujo e Tejedo-Romero (2016a), base para o modelo desta pesquisa, o voto não é compulsório, diferente da realidade brasileira. O mesmo ocorre em muitos outros países. A obrigatoriedade do voto, no Brasil, constitui, portanto uma limitação de estudo. Para tentar contorná-la foram considerados, para a variável participação eleitoral apenas os votos válidos, isto é, os votos efetivados pelos eleitores a candidatos e legendas partidárias regularmente inscritos, descontados os votos em branco e os votos nulos.

No que se refere à participação eleitoral, alguns estudos demonstram que um maior número de eleitores indica que os cidadãos têm maior acesso à informação e um interesse mais expressivo nas atividades do governo (Hollyer, Rosendorff, & Vreeland, 2011; Esteller-Moré & Polo-Otero, 2012; Caamaño-Alegre, Lago-Peñas, Reyes-Santias, & Santiago-Boubeta, 2013). A participação eleitoral serviria, então, como indicador da preocupação dos cidadãos com as questões políticas e, conseqüentemente, da demanda de transparência (Guillamón, Bastida, & Benito, 2011; Sol, 2013). O significativo interesse da população nas atividades da gestão pública pressiona os governos para a divulgação de informações, aumentando a transparência dos municípios. Dessa forma, maiores níveis de participação levariam a maiores índices de transparência.

H1: Quanto maior a participação eleitoral dos municípios, maior o índice de transparência pública municipal.

A divulgação de informações, isto é, a transparência, também é influenciada pela competitividade ou competição política (Wehner & Renzio, 2013). Segundo Berliner e Erlich (2015), a competitividade política tem importância na adoção da reforma institucional, melhorando o acesso à informação e, portanto, a transparência.

Em um cenário de alta competitividade política, manter-se no poder torna-se mais difícil. Para contornar essa dificuldade e aumentar as chances de permanecerem no poder, os agentes políticos passam a ser mais transparentes. Segundo Caba-Pérez, Rodríguez-Bolívar, e López-Hernández (2014), altos níveis de rivalidade política incentivam a divulgação de informações sobre as atividades realizadas pelo partido político no poder, aumentando assim o nível de transparência. Esteller-Moré e Polo-Otero (2012) também destacam a importância da competição política em tempos em que a reeleição do titular é incerta. Segundo esses autores, diante de uma forte concorrência a divulgação de informações torna-se um instrumento estratégico que garante aos agentes políticos maiores chances de serem reeleitos.

H2: Quanto maior o grau de competitividade política dos municípios, maior o índice de transparência pública municipal.

Para além das variáveis testadas por Araujo e Tejedo-Romero (2016a), incluiu-se neste estudo a variável política composição legislativa, devido a sua aparente influência no bom desempenho da gestão pública, em especial dos municípios. Cavalcante (2013) ressalta que prefeitos que iniciam o mandato com maior número de vereadores aliados enfrentam menos obstáculos à governabilidade e apresentam melhores resultados. Uma Câmara composta, majoritariamente, por vereadores que façam oposição ao prefeito municipal também poderia colaborar para a elevação do índice de transparência municipal. De acordo com Alt, Lassen, e Rose (2006), a concorrência legislativa está negativamente relacionada ao aumento da transparência municipal. Esta situação tende a ocorrer devido ao maior empenho dos vereadores de oposição em fiscalizar os atos do poder executivo. Para que esta fiscalização mais efetiva ocorra, pressupõe-se a necessidade da ampliação da divulgação de informações sobre a gestão municipal. Piña e Avellaneda (2018) também investigaram esta variável, abordando a possibilidade de que prefeitos que atuem em governos com forte oposição são estimulados a promoverem a transparência municipal.

H3: Quanto maior o percentual de vereadores (composição legislativa) pertencentes ao partido ou coligação partidária do prefeito, menor o índice de transparência pública municipal.

Cabe destacar que a variável ideologia política, presente em Araujo e Tejedo-Romero (2016a) foi substituída pela variável reeleição nesta investigação. Optou-se pela substituição da variável ideologia política pela variável reeleição em razão da dificuldade de distinguir partidos de direita e de esquerda no cenário político brasileiro. De acordo com Tarouco e Madeira (2013), apesar de ser frequentemente utilizada pela literatura como variável independente de modelos teóricos, a ideologia política está em decadência. Segundo esses autores, “as distâncias entre as posições dos partidos na dimensão esquerda-direita vêm se reduzindo e muitas análises têm reportado efeito não significativo desta variável” (p. 94).

A rotatividade governamental, segundo Alt et al., (2006) está negativamente relacionada à transparência, especialmente à transparência fiscal e orçamentária. A troca de governantes, portanto, prejudica a transparência pública. Uma possível causa, no Brasil, é a descontinuidade administrativa, que faz parte do cotidiano da gestão pública. O regime brasileiro, no entanto, prevê a possibilidade de os governantes serem reeleitos, dando prosseguimento a sua gestão por dois mandatos consecutivos. Quando reeleitos, os prefeitos têm a possibilidade de dar continuidade a planos e projetos de governo ainda não concluídos. Já nos casos de troca de gestores a interrupção de muitos projetos é frequente. Dessa forma, os reeleitos teriam a possibilidade de finalizar mais trabalhos e cumprir um maior número de propostas que aqueles que governam por somente um mandato. Para demonstrar seus feitos e conquistar a confiança e aprovação da população local, os prefeitos reeleitos tendem a elevar a transparência em seus governos. Assim, a descontinuidade das ações não costuma ser divulgada, para além das obrigаторiedades legais.

H4: Municípios com prefeitos reeleitos são mais transparentes.

O gênero do gestor municipal é outra variável frequentemente destacada na literatura. Segundo Piotrowski e Van Ryzin (2007), os homens são mais politicamente ativos e engajados do que as mulheres. Porém, as mulheres em cargos de liderança política apresentam resultados mais admiráveis. Também é provável que suas qualidades e traços as torne mais predispostas a divulgar informações e contribuir para elevar o nível de transparência (Weyer, 2007). Além disso, prefeitas encorajam mais os cidadãos a participarem da administração pública e se comunicarem com seus administradores (Rodríguez-Garcia, 2015). Brollo e Troiano (2016), em um estudo brasileiro, concluíram que as mulheres atingem melhores resultados na administração municipal e estão menos envolvidas em casos de corrupção. Segundo Gains e Annesley (2010), o tempo pelo qual as mulheres governam e o poder que conquistam através dele podem afetar a transparência, uma vez que poderiam mudar a vontade política e ampliar o apoio à prestação de contas e demandas e iniciativas internas de transparência. Da mesma forma, um governo com o apoio da maioria política, daria às governantes mais poder, oportunizando maior transparência (Araujo & Tejedo-Romero, 2017).

H5: Municípios governados por mulheres são mais transparentes.

Tratando-se das variáveis socioeconômicas, em períodos de depressão econômica é esperado um aumento no nível de desemprego. Como consequência, a situação econômica municipal entrará em crise e o nível de transparência diminuirá. Isso ocorre porque um menor desenvolvimento econômico e um maior desemprego são prejudiciais ao engajamento cívico, ou seja, a demanda por oportunidades para participar na tomada de decisão na gestão pública é diminuída. De acordo com esses fundamentos, estudos (Caamaño-Alegre et al., 2013; Sol, 2013; Araújo & Tejedo-Romero, 2016a; Tavares & Cruz, 2017) tendem a indicar que taxas de desemprego mais altas são prejudiciais à transparência, e em especial, à transparência fiscal.

H6: Quanto maior o nível de desemprego municipal, menor o índice de transparência pública municipal.

Pesquisas mostram que os níveis de endividamento também estão relacionados à procedimentos e instituições orçamentárias transparentes (Alt & Lassen, 2006; Gavazza & Lizzeri, 2009) e à transparência fiscal (Alt et al., 2006; Sol, 2013), sendo que menores níveis de endividamento levam a um maior índice de transparência municipal (Cuadrado-Ballesteros, 2014). Segundo Alt et al., (2006), o aumento da dívida reduz o transparência. Quando a dívida é alta, os políticos podem obscurecer as informações disponíveis, de modo que os eleitores são incapazes de se informar sobre custos de empréstimos adquiridos pela

prefeitura e sobre o incumprimento de suas promessas (Benito, Guillamón, & Bastida, 2016; Ríos, Benito, & Bastida, 2016). De acordo com Reis, Almeida e Ferreira (2018) municípios com maior despesa pública possuem maiores níveis de corrupção percebida, facilitada com a insuficiência da transparência pública municipal.

H7: Quanto maior o valor per capita da dívida anual do município, menor o índice de transparência pública municipal.

Sobre os investimentos do governo municipal, há evidências de que a sua divulgação é uma maneira de os políticos melhorarem a sua popularidade e reunir o apoio dos cidadãos. Segundo García e García-García (2010), há uma atitude mais positiva dos cidadãos à projetos públicos que exijam esforços importantes de investimento, desde que entendam que suas condições de vida melhorarão. Divulgar informações sobre investimentos municipais é uma maneira dos políticos melhorarem a sua popularidade e reunir o apoio dos cidadãos. Os orçamentos municipais durante os anos de eleição mostram um aumento no interesse de políticos para iniciar projetos ambiciosos para ganhar o interesse dos eleitores. Então, de acordo com a teoria da legitimidade, é plausível esperar que os políticos que se envolvam em projetos que exijam importantes esforços de investimento estejam interessados em divulgar essa informação (García & García-García, 2010). Como resultado, espera-se que maiores gastos do governo sejam associados ao aumento da transparência fiscal (Arapis & Reitano, 2017).

H8: Quanto maior o valor per capita do investimento anual do município, maior o índice de transparência pública municipal.

O porte populacional do município também exerce efeito positivo e estatisticamente significativo no índice de transparência (Styles & Tennyson, 2007; Guillamón et al., 2011). Portanto, um maior tamanho da população implicaria mais usuários de serviços públicos (Alcaraz-Quiles, Navarro-Galera & Ortiz-Rodríguez, 2014) e a maiores quantidades de fundos públicos. Assim, é esperado que os municípios estejam interessados na divulgação de informações que permitam aos cidadãos e outras entidades monitorar as ações dos eleitos (Laswad, Fisher & Oyelere, 2005; Benito, Bastida & García, 2010).

Municípios maiores têm mais recursos e capacidades para adotar inovações técnicas e gerenciais, além de funcionários mais bem treinados, orçamento maior e departamento de Tecnologia de Informação (TI) estabelecido, que os ajuda a adotar melhores práticas de governo eletrônico (Norris & Moon, 2005). Conseqüentemente, a possibilidade de possuírem processos e instrumentos de transparência eficientes e aprimorados é maior (Guillamón et al., 2011; Sol, 2013; Serrano-Cinca, Rueda-Tomás, & Portillo-Tarragona, 2009; Lowatcharin & Menifield, 2015), bem como melhores capacidades administrativas e, portanto, fornecer mais e melhor informação para os cidadãos (Serrano-Cinca et al., 2009). Araújo et al. (2020), em constatarem, em uma análise da transparência fiscal de municípios brasileiros, que os municípios com população entre 5.000 e 10.000 habitantes apresentam menor conformidade à LRF do que aqueles com maior quantitativo populacional.

H9: Quanto maior a população do município, maior o índice de transparência pública municipal.

3 Metodologia

Visando identificar relações de influência entre variáveis, por meio de testes estatísticos e da coleta de dados numéricos, esta pesquisa adota enfoque quantitativo e alcance correlacional. A amostra foi extraída dentre os 5570 municípios brasileiros, utilizando-se técnica de amostragem probabilística aleatória estratificada para estimar a proporção. Esta técnica é a mesma utilizada pela pesquisa EBT (Controladoria Geral da União [CGU], 2016), que formula um índice de transparência para parte dos municípios do país. O uso da técnica de amostragem adotada por órgãos governamentais e já consolidada no Brasil dá à pesquisa caráter probabilístico e a torna capaz de fornecer resultados robustos e seguros. A Tabela 1 mostra a distribuição amostral por estrato populacional da pesquisa.

Tabela 1

Distribuição amostral por estrato populacional

Estrato	População	Universo de Municípios	Amostra de Municípios
1	<= 5.000	1.237	211
2	5.000 - 10.000	1.209	234
3	10.000 - 20.000	1.364	298
4	20.000 - 50.000	1.101	252
5	50.000 - 100.000	350	75
6	100.000 - 500.000	268	57
7	> 500.000	41	7
Total		5.569*	1.134

Fonte: Adaptada de CGU, 2016.

*Total de municípios brasileiros, sem contabilizar Brasília.

Nesse processo de amostragem, o universo amostral é dividido em estratos, que são os 26 estados federativos do Brasil, excluindo-se o Distrito Federal. Cada estrato é ainda subdividido em estratos

populacionais, para então a amostra ser distribuída em cada um desses estratos menores de maneira proporcional. Seguindo instruções da CGU (2016), deve-se adotar um erro de 10% e um nível de confiança de 90%, com seleção aleatória dos municípios. Assim, por meio do cálculo amostral, obtiveram-se 1.134 municípios, distribuídos conforme a Tabela 1.

A seleção dos municípios ocorreu de maneira aleatória, por meio de sorteios realizados para cada estrato e seus respectivos subestratos, com o auxílio do software LibreOffice Calc. Foram selecionadas, aleatoriamente sete capitais estaduais. Os dados coletados são de origem secundária, disponibilizados em fontes governamentais via internet, conforme a Tabela 2.

Tabela 2
Detalhamento dos dados da pesquisa

Tipo de dado	Descrição	Ano de referência	Fonte	Tipo de variável
Transparência	Nota atribuída pelo Ranking Nacional da Transparência (RNT) do Ministério Público Federal.	2016	Ministério Público Federal (MPF)	Dependente
Participação eleitoral	Percentual de eleitores que compareceu às urnas na última eleição municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	Independente
Competitividade política	Diferença entre o percentual de votos do primeiro e do segundo colocado, candidato a prefeito, na última eleição municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	
Composição legislativa	Percentual de vereadores do mesmo partido político do prefeito eleito ou de um dos partidos políticos que compuseram a coligação pela qual ele foi eleito.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	
Reeleição	Condição de permanência do prefeito do mandato anterior.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	
Gênero do prefeito	Gênero sexual do líder do executivo municipal.	2016	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	
Nível de Desemprego	Percentual da população economicamente ativa que não se encontra em um emprego formal.	2016	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	
Dívida municipal anual per capita	Valor da dívida total consolidada do município ao final do ano/exercício dividido pelo tamanho da população.	2016	Tesouro Nacional (SICONFI)	
Investimento municipal anual per capita	Valor total de despesas de capital pagas do município no ano, dividido pelo tamanho da população.	2016	Tesouro Nacional (SICONFI)	
Tamanho da população	Estimativa populacional do município.	2016	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

O Ranking Nacional da Transparência (RNT), utilizado nesta pesquisa consiste em um índice produzido pelo Ministério Público Federal (MPF) que realiza uma avaliação do efetivo cumprimento das leis de transparência em todos os municípios, distrito federal e 26 estados da federação brasileira, atribuindo a eles uma pontuação. Essa avaliação visa, entre outros objetivos, a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais a municípios e estados em débito com as leis. Para as avaliações, o MPF utiliza um questionário, elaborado conjuntamente com representantes de diversos órgãos e instituições de controle e fiscalização. O questionário é baseado nas exigências legais e em dois itens que se referem às boas práticas de transparência, abordando aspectos de transparência ativa e passiva. Envolve, assim, questões gerais sobre receitas, despesas, licitações e contratos, relatórios, SIC e e-SIC, divulgação da estrutura do ente e formas de contato e boas práticas de transparência (MPF, 2020b).

Todos os dados utilizados na pesquisa referem-se ao ano de 2016. A ausência dos dados políticos nos anos seguintes, em virtude da realização das últimas eleições municipais em 2016, tornou necessária a delimitação deste ano como referência a todos os demais tipos de dados. Desta maneira há uma maior padronização dos dados e, conseqüentemente, uma maior validade dos resultados da pesquisa.

Referente à variável participação eleitoral, a obrigatoriedade do voto, no Brasil, constitui, uma limitação de estudo. Para tentar contorná-la serão considerados apenas os votos válidos, isto é, os votos

efetivados pelos eleitores a candidatos e legendas partidárias regularmente inscritos, descontados os votos em branco e os votos nulos (Lei n. 9.504, 1997).

Os dados foram submetidos a análises descritivas e à Regressão de Poisson, a fim de permitir o alcance do objetivo proposto. Três modelos foram testados: o primeiro (i1) visa verificar a influência das variáveis políticas no índice de transparência pública municipal; o segundo (i2) objetiva averiguar a influência dos índices socioeconômicos no índice de transparência pública municipal; e, o terceiro (i3) é composto pela união dos dois primeiros, testando a influência de nove variáveis, políticas e socioeconômicas, no índice de transparência pública municipal.

Utilizou-se regressão de Poisson nesta pesquisa tendo em vista a sua aplicação em estudos anteriores, que investigam os fatores determinantes da transparência (Bernardo, Reis, & Sedyama, 2017) com o argumento de que as variáveis dependentes eram constituídas de valores inteiros e com pouca variabilidade. Além disso, considerou-se, na escolha desta técnica, a não normalidade da distribuição dos dados da variável dependente, a transparência, característica que impede a aplicação das técnicas mais comuns de análise de modelos, tal como a de regressão linear (Alvarenga, 2015).

A regressão de Poisson é uma das técnicas dos Modelos Lineares Generalizados (MLG) ou *Generalized Linear Models* (GLM), introduzidos cuja distribuição da variável resposta não tem de ser normal, ao contrário do que preveem os modelos lineares, mais comumente utilizados para testar relações de influência entre variáveis (Alvarenga, 2015). Para a correta aplicação do modelo de Poisson é necessário que: (1) os dados sejam valores absolutos e não negativos; (2) os dados possuam distribuição de Poisson, ou seja, os dados devem possuir igual dispersão, sendo sua média igual à variância (Fávero, 2014; Fávero & Belfiore, 2017).

O primeiro pressuposto foi atendido a partir do arredondamento dos dados da variável dependente, a nota da transparência. Desta maneira, notas de 0 a 0,5 pontos, por exemplo, passaram a ser consideradas de 0 pontos; notas de 0,6 a 1,0 pontos foram classificadas como de 1,0 ponto; de 9,0 a 9,5 pontos, como 9,0 pontos e de 9,6 a 10,0, como de 10,0 pontos. Já o segundo foi verificado utilizando o teste de dispersão, cujos valores obtidos como resultados foram próximos de 1 (Tabela 3), demonstrando que a média é igual ou muito semelhante à variância (Fávero & Belfiore, 2017).

Além dos pressupostos, é importante que algumas outras estatísticas sejam observadas ao estimar um modelo de Regressão de Poisson. Estas estatísticas são apresentadas ao final da Tabela 3. O R^2 representa a porcentagem de variação na resposta que é explicada pelo modelo. Já no R^2 ajustado essa porcentagem é ajustada para o número de preditores do modelo em relação ao número de observações. O *Akaike Inf. Crit.* (AIC), ou Critério de Informação de Akaike, assim como a função de verossimilhança, também indica qual o modelo melhor ajustado, encontrando-se o menor AIC. Por fim, o Teste de *Shapiro-Wilk* tem como objetivo verificar a normalidade dos resíduos do modelo. Modelos com valores p acima de 0,05 ($p > 0,05$) têm resíduos normais.

Optou-se pela aplicação da regressão de Poisson com valores agrupados. Desta forma, foram obtidos os valores médios para cada grupo das variáveis numéricas, considerando o valor da transparência arredondado. O tratamento dos dados ausentes, aqueles que não foi possível obter durante a coleta de dados, consistiu na exclusão do elemento amostral, neste caso o município.

4 Análise dos Resultados

A transparência, variável dependente deste estudo, é representada pela nota da segunda avaliação do Ranking Nacional de Transparência (RNT) ocorrida em 2016. As estatísticas descritivas demonstram que a transparência média dos municípios foi de 5,09 pontos ($\pm 2,86$), conforme a Tabela 3. Esta nota é relativamente baixa, uma vez que compõe a sétima, dentre as onze categorias de classificação do RNT.

Tabela 3

Estatísticas para a variável transparência

Estatísticas	Valores
Quantidade de válidos	1134
Média	5,0344
Mediana	5,3000
Moda	0,00
Modelo padrão	2,8464
Variância	8,10
Mínimo	0,00
Máximo	10,00

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Um total de 72 municípios brasileiros, presentes na amostra, apresentaram nota 0, segundo o RNT (MPF, 2016), e somente 26 atingiram a nota máxima, 10. A nota 0 é, portanto, a moda de transparência na amostra. A relação destes municípios pode ser encontrada no Apêndice F. A mediana indica que 50% dos municípios da amostra possuem nota de transparência superior/inferior a 5,30 pontos.

Ao realizar uma análise descritiva que categoriza os municípios da amostra pela característica de ser ou não uma capital estadual, nota-se, por meio da Tabela 4, um nível de transparência mais satisfatório nas capitais. As capitais têm uma nota média de 8,07 pontos e a nota com maior frequência observada dentre esses municípios é a nota 10.

Tabela 4

Análise descritiva da variável transparência para capitais e não capitais

Característica	Quantidade de municípios na amostra	% de notas 0	Moda das notas	Média das notas	População absoluta da amostra	% da população absoluta
Capital	7	0	10,00	8,07	5.580.178	14,30
Não capital	1127	6,39	0,00	5,30	33.438.355	85,70

Fonte: Elaborada pelos autores, 2020.

Nenhuma capital obteve nota zero no índice. Esse resultado, analisado conjuntamente à alta concentração demográfica nas capitais brasileiras indica que grande parte dos habitantes, possuem acesso à informação nas cidades em que residem. Somente sete capitais concentram 14,30% da população residente nas cidades avaliadas. Nos demais municípios que compõem a amostra a situação é inversa. Neles o índice de transparência é de apenas 5,30 pontos e 72 municípios (6,39%) foram avaliados com nota zero, indicando que à informação por transparência ainda é deficitária em muitas cidades do país que não se caracterizam como capitais.

Observa-se, portanto, que a média geral da transparência dos municípios analisados é condizente com a média de todos os municípios do brasileiros (5,21) (MPF, 2016), mas é baixa (5,03), especialmente se comparada à média da transparência das capitais (8,07). Este fato evidencia uma provável dificuldade encontrada pelos cidadãos que residem nas cidades brasileiras que não sejam capitais, na busca por informações sobre a gestão pública.

A discussão das demais variáveis do estudo também auxilia na compreensão da situação em que se encontram os municípios brasileiros. Os municípios da amostra possuem em média 34.408 habitantes e altas taxas de desemprego (86,84%), chegando a 99,6% em Alto Alegre do Pindaré e em São Roberto, dois municípios maranhenses. As taxas elevadas, no entanto, desconsideram os trabalhos informais, crescentes em períodos de recessão econômica e os trabalhadores rurais, presentes em grande número nos pequenos municípios do interior do país. Barueri (SP), entretanto, possui taxa de desemprego de 0% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016), a menor taxa dentre os municípios que compõem a amostra.

O investimento *per capita* médio dos municípios (R\$ 158,78) é inferior à dívida per capita média (R\$ 595,08), o que indica a dificuldade no alcance do equilíbrio das contas públicas. Merece destaque o fato de que alguns municípios não realizaram nenhum investimento no período (Itaubal - AP; Mazagão - AP; Hidrolina - GO; Cajari - MA; Sampaio - TO), bem como a ausência de dívidas em 155 municípios.

Com relação às variáveis políticas, a participação eleitoral média é alta (79,01%). Esse dado, no entanto, não indica o interesse da sociedade nas questões políticas e públicas, visto que se refere ao voto, compulsório no Brasil. A competitividade política, em média, é alta (14,77%). Dentre os municípios da amostra, 22 apresentaram competitividade nula, devido à realização de consensos, situação em que há no município, somente um candidato para o cargo de prefeito. Sobre a composição legislativa, em média, 52,18% dos vereadores eleitos dos municípios pertencem ao mesmo partido político do prefeito ou a um dos partidos que integrou a coligação pela qual o prefeito se elegeu.

Ainda, 264 municípios da amostra (22,5%) reelegeram seus prefeitos em 2016 e somente 135 (11,9%) são governados por mulheres. Este resultado condiz com a realidade política do Brasil, em que apenas 11,57% mulheres se elegeram prefeitas nas eleições de 2016 (Tribunal Superior Eleitoral [TSE], 2016). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2018), em 2017, ano em que os novos prefeitos tomaram posse, as mulheres representavam 11,8% dos prefeitos brasileiros.

A fim de atingir o objetivo geral deste estudo e identificar as variáveis que exercem influência sobre o índice de transparência pública municipal, realizaram-se as análises de Regressão de Poisson para cada um dos três modelos propostos, cujos resultados são apresentados na Tabela 5.

O modelo i1, referente às variáveis políticas, apresenta R^2 baixo, explicando somente 14% da variabilidade do índice de transparência para os municípios brasileiros. Em termos de ajuste, este modelo tem alta fragilidade, notada através do teste de dispersão, cujo resultado (1,75) é o pior dentre os três modelos, pelo valor do R^2 ajustado (0,02) e do Teste de Shapiro-Wilk ($p > 0,05$), que verifica a normalidade dos resíduos. Assim como neste modelo, Birskyte (2018) também verificou que a transparência orçamentária é negativamente afetada pela participação eleitoral, ao testar variáveis políticas e socioeconômicas. Em um modelo composto unicamente de variáveis de caráter político, no entanto, o autor constatou que a participação eleitoral exerce influência positiva sobre o índice de transparência orçamentária. Outros estudos não encontraram influência significativa da participação eleitoral no índice de transparência pública municipal (Tavares & Cruz, 2017; Sol, 2013), no índice de transparência financeira municipal (Guillamón et al., 2011) e no índice de transparência orçamentária (Caamaño-Alegre et al., 2013).

Tabela 5
Resultados dos modelos de regressão

		Índice de Transparência					
		Modelo i1	Efeitos Marginais ¹	Modelo i2	Efeitos Marginais	Modelo i3	Efeitos Marginais
Participação eleitoral	Coeficiente	0,050***	0,2524***			-0,02	-0,102
	Erro-padrão	(0,017)	(0,088)			(0,026)	(0,129)
Competitividade política	Coeficiente	0,014	0,069			-0,001	-0,003
	Erro-padrão	(0,009)	(0,044)			(0,01)	(0,051)
Composição legislativa	Coeficiente	-0,013	-0,067			0,018	0,088
	Erro-padrão	(0,01)	(0,050)			(0,014)	(0,072)
Reeleição	Coeficiente	-0,135	-0,687			0,197	0,995
	Erro-padrão	(0,192)	(0,984)			(0,239)	(1,212)
Gênero do prefeito	Coeficiente	0,088	0,443			-0,482***	-2,566***
	Erro-padrão	(0,148)	(0,746)			(0,184)	(1,049)
Nível de desemprego	Coeficiente			-0,080***	-0,402***	-0,110***	-0,555***
	Erro-padrão			(0,021)	(0,111)	(0,025)	(0,131)
Dívida municipal anual (per capita)	Coeficiente			0,000	-0,001	0,000	-0,001
	Erro-padrão			(0,0004)	(0,002)	(0,0004)	(0,002)
Investimento municipal anual (per capita)	Coeficiente			0,001	0,003	0,001	0,002
	Erro-padrão			(0,0005)	(0,002)	(0,001)	(0,004)
Tamanho da população	Coeficiente			0,000	0,000	0,000	0,000
	Erro-padrão			(0,000)	(0,000)	(0,000)	(0,000)
Constante	Coeficiente	-1,798		8,419***		11,810***	
	Erro-padrão	(1,508)		(1,986)		(3,174)	
Dispersão		1,750		1,190		1,010	
R ²		0,140		0,540		0,610	
R ² Ajustado		0,020		0,490		0,490	
Teste de Shapiro-Wilk (p valor)		0,120		0,440		0,390	
Observações		41		41		41	
Akaike Inf. Crit.		226,6		194,8		196	

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nota: Os valores que estão entre parênteses são os erros-padrão robustos estimados pelo método White e *, **, *** correspondem à significância em nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

¹ Os efeitos marginais não são apresentados para as variáveis reeleição e gênero do prefeito devido à natureza qualitativa das mesmas.

Os resultados para o modelo i1 demonstram a existência de uma realidade muito particular na transparência dos municípios brasileiros, se comparada a de outros países. Enquanto que, em estudos realizados em países europeus, diversas variáveis políticas apresentam influência no índice de transparência pública municipal (García & García-García, 2010; Esteller-Moré & Polo-Otero, 2012; Araujo & Tejedo-Romero, 2016a; Arapis & Reitano, 2017; Araujo & Tejedo-Romero, 2017; Tavares & Cruz, 2017; Birskyte, 2018; Chen & Han, 2018; Piña & Avellaneda, 2018), no Brasil não são responsáveis pelas variações no índice. Isso pode indicar que a transparência municipal brasileira é mais fortemente determinada por fatores de ordem social, conforme se apresenta no modelo socioeconômico (i2).

O modelo socioeconômico (i2) é capaz de explicar em 54% o índice de transparência dos municípios brasileiros. Os ajustes mostram-se adequados, com dispersão de 1,19, R² ajustado=0,49 e resíduos normais (p>0,05). Além disso, o Akaike Inf. Crit. (AIC), indica o modelo i2 como o melhor ajustado, dentre os três modelos. No entanto, o modelo, assim como ocorre no modelo i1, apresenta somente uma variável significativa, o nível de desemprego, ao nível de 1%.

A influência do desemprego sobre a transparência é negativa, confirmando H6. Dessa maneira, o índice de transparência pública municipal diminui à medida que aumenta o nível de desemprego do município. A cada variação de 1% na taxa de desemprego o índice de transparência reduz em 0,402 pontos. Resultados semelhantes foram obtidos por Cuadrado-Balesteros (2014) e Tavares e Cruz (2017), ao investigarem os determinantes da transparência pública em municípios espanhóis e portugueses, respectivamente e por Caamaño-Alegre et al. (2013), em uma análise da transparência orçamentária municipal em Galiza, Espanha. Também Araujo e Tejedo-Romero (2016a) encontraram um relacionamento negativo entre o desemprego e a transparência, reforçando a relevância deste indicador para o tema e

justificando que as políticas de redução do desemprego podem contribuir para uma gestão pública mais eficiente, retroalimentando o desenvolvimento das regiões e trazendo benefícios com efeitos de transbordamento no território.

Por fim, o modelo i3, por meio do R^2 , apresenta uma capacidade de explicação de 61% da variabilidade do índice de transparência para os municípios brasileiros. A qualidade deste modelo e ajuste dos dados também são satisfatórios, podendo ser observados por meio dos resultados do teste de dispersão (1,01), pelo R^2 ajustado (0,49) e pelo Teste de Shapiro-Wilk ($p > 0,05$).

Apenas duas variáveis do modelo i3 são responsáveis por influenciar a transparência: gênero do prefeito e nível de desemprego. O nível de desemprego apresenta novamente nível de significância de 1% e influência negativa sobre o índice de transparência pública municipal. Nesse modelo, os efeitos marginais indicam que a cada incremento de 1% no nível de desemprego, a transparência é reduzida em 0,555 pontos. Já a variável gênero do prefeito, significativa ao nível de 1%, indica que os municípios cujos prefeitos são homens são mais transparentes que os municípios governados por mulheres, refutando H5.

Este resultado se contrapõe ao de Araujo e Tejedo-Romero (2017) e Tavares e Cruz (2017), que verificaram que os municípios espanhóis e portugueses, respectivamente, que possuem mulheres à frente do governo são mais transparentes. Araujo e Tejedo-Romero (2016b) também obtiveram o mesmo resultado em um estudo em painel realizado com municípios espanhóis. Estas evidências obtidas neste trabalho devem ser consideradas no contexto brasileiro, com o histórico de baixo acesso feminino em posições de liderança em níveis municipais, sendo vinculadas tanto aos mecanismos de incentivos à participação político partidários, bem como nas restrições e desafios ao desenvolvimento do papel da mulher na sociedade como um todo, em diversos aspectos, sendo culturalmente dependentes no tecido territorial e social. Igualmente, cabem análises que considerem períodos maiores de observação sobre a evolução, avanços e impactos das lideranças femininas sobre indicadores em níveis municipais.

5 Considerações Finais

Nos últimos anos, a transparência tornou-se um instrumento fundamental para aumentar a legitimidade e a confiança no governo, melhorar participação dos cidadãos e combater a corrupção (Cruz, Tavares, Marques, Jorge, & Sousa, 2016). Sem transparência, a integridade e o bom desempenho da gestão pública não são demonstrados e os mecanismos de responsabilização não são aplicáveis. Este estudo colaborou para o avanço dos conhecimentos sobre a transparência pública municipal, tendo como objetivo verificar a influência de variáveis políticas e socioeconômicas no índice de transparência pública dos municípios brasileiros. Constatou-se que a média de transparência pública dos municípios avaliados, no RNT, é de 5,03 pontos, próxima à média de todos os 5.570 municípios brasileiros (5,21) (MPF, 2016). As capitais estaduais e os municípios de maior porte populacional possuem notas muito superiores aos municípios menores, o que indica uma provável dificuldade dos cidadãos que residem no interior brasileiro e em pequenas cidades na busca por informações sobre a gestão de seus municípios.

Dentre os três modelos de regressão testados, os modelos i2 e i3 apresentaram melhores resultados, sendo o primeiro composto somente por variáveis socioeconômicas, e o segundo baseado no modelo base de Araujo e Tejedo-Romero (2016a). O modelo i3 mostra-se melhor ajustado por meio do R^2 enquanto que o AIC (*Akaike Inf. Crit.*) indica o modelo i2, considerando-se o melhor ajuste. As variáveis que possuem influência sobre o índice de transparência foram a participação eleitoral, o gênero do prefeito e, especialmente, o nível de desemprego, significativo em dois dos modelos testados.

Tais resultados sugerem que maiores taxas de participação dos eleitores nas eleições municipais levam a um mais alto índice de transparência. De maneira inversa, municípios com altos níveis de desemprego têm índices menores de transparência. A respeito da variável gênero, verificou-se que municípios brasileiros governados por homens são mais transparentes que os municípios administrados por mulheres. Este último resultado não foi encontrado em nenhum estudo já realizado, evidenciando uma característica particular da transparência municipal no Brasil, possivelmente afetada pelo inexpressivo número de mulheres na política brasileira e, em especial, na liderança do poder executivo dos municípios. Conforme Jevoux (2018) há inúmeros obstáculos capazes de interferir na candidatura de mulheres a cargos de liderança municipal, como barreiras machistas nos partidos, reuniões com baixa presença feminina, julgamentos ligados exclusivamente ao gênero da representante pública e não ao seu desempenho, além da violência da sociedade brasileira, que é patriarcal e machista, e acovarda o desejo das mulheres de entrarem na política.

Entende-se que os resultados apresentados viabilizam uma melhor compreensão da transparência pública municipal e, conseqüentemente, a possibilidade de os gestores públicos manipularem as variáveis que a afetam, a fim de elevá-la. Iniciativas que visem ao aumento da participação eleitoral nas próximas eleições municipais podem, nesse sentido, elevar as notas de transparência. Da mesma maneira, a abertura de novos postos de trabalho, possivelmente alcançado por meio de incentivos às empresas que compõem o setor privado do município, possa torná-lo mais transparente. Ainda, os resultados desta pesquisa podem dar suporte para os gestores públicos justificar aos munícipes a pontuação obtida pelos

seus municípios no índice de transparência, quando não é possível controlar as variáveis que o determinam.

Além das contribuições práticas, este estudo também colabora para o desenvolvimento teórico-científico da transparência, suprimindo lacunas nas pesquisas sobre o tema. Uma dessas lacunas se refere à inexistência de um estudo brasileiro que analise a transparência pública municipal, considerando suas dimensões ativa e passiva – inclusas no índice de transparência do RNT – e que tome todos os municípios do país como população do estudo. Outra lacuna existente é a ausência de investigações que abordam a influência de variáveis políticas no índice de transparência pública. Também, este estudo inova ao investigar variáveis até então não analisadas, como a reeleição e a composição legislativa. Ainda, a aplicação da regressão de Poisson para estimar o modelo proposto pode ser considerada um diferencial, visto que poucos estudos sobre a transparência e os fatores que a influenciam utilizam-se desta técnica.

Apesar de preencher as lacunas da produção científica sobre transparência e de apresentar resultados que permitem algumas aplicações práticas, esta pesquisa possui algumas limitações. O não cumprimento das determinações da LRF, através da publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Balanço Patrimonial, no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), impossibilitaram a coleta dos dados referentes à dívida anual per capita e investimento anual per capita de alguns municípios. Esta limitação permite evidenciar a fragilidade da transparência pública no Brasil e a necessidade de disseminar sua importância. O período a que se referem os dados também pode ser citado como uma limitação. Devido à realização das últimas eleições municipais ter ocorrido em 2016 e da necessidade de dados eleitorais, todos os dados coletados, inclusive os de natureza socioeconômica são relativos a esse período, e podem não ser considerados atuais.

Recomenda-se para futuras pesquisas a inclusão de novas variáveis, tanto políticas quanto econômicas; análises por regiões; e a aplicação de estudos a partir dos dados das eleições municipais de 2020. Outro importante passo que a pesquisa nacional sobre transparência precisa dar é a realização de estudos experimentais. Percebe-se, por meio da pesquisa em periódicos nacionais a inexistência de produção científica com o uso de experimentos (Visentini, Söthe, Scheid, & Fenner, 2019), enquanto na literatura internacional sobre o tema, este tipo de estudo é bastante difundido (Cucciniello, Porumbescu, & Grimmelikhuisen, 2016).

Referências

- Alcaraz-Quiles, F. J., Navarro-Galera, A. & Ortiz-Rodríguez, D. (2014). Factors influencing the transparency of sustainability information in regional governments: An empirical study. *Journal of Cleaner Production*, 82, p. 179-191. DO: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.06.086>
- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. *European Economic Reviews*, 50(6), 1403-1439. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.euroecorev.2005.04.001>
- Alt, J. E., Lassen, D. D., & Rose, S. (2006). The causes of fiscal transparency: evidence from the U.S. states. *IMF Staff Papers*, 53, 30-57. Recuperado de: <https://www.jstor.org/stable/30036021>
- Alvarenga, A. M. T. (2015). *Modelos lineares generalizados: aplicação a dados de acidentes rodoviários* (Dissertação de Mestrado), Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Arapis, T., & Reitano, V. (2017). Examining the evolution of cross-national fiscal transparency. *American Review of Public Administration*, 48(3), 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074017706740>
- Araujo, J. F. F. E. de, & Tejedo-Romero, F. (2016a). Local government transparency index: determinants of municipalities rankings. *International Journal of Public Sector Management*, 29(4), 327-347. DOI: <https://doi.org/10.1108/IJPSM-11-2015-0199>
- Araujo, J. F. F. E. de, & Tejedo-Romero, F. (2016b). Women's political representation and transparency in local governance. *Local Government Studies*, 42(6), 1-22. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2016.1194266>
- Araujo, J. F. F. E. de, & Tejedo-Romero, F. (2017). Does Gender Equality Affect Municipal Transparency: The Case of Spain. *Public Performance & Management Review*, 41(1), 69-99. DOI: <https://doi.org/10.1080/15309576.2017.1362350>
- Araújo, X. M. B.; Kronbauer, C. A.; Carvalho, J. R. M.; Cirne, G. M. P. (2020). Quem está ficando para trás? Uma análise da transparência pública dos portais eletrônicos de municípios tocantinos. *Revista*

Contemporânea De Contabilidade, 17(44), 123-141. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p123>

Armstrong, E. (2005). Integrity, transparency and accountability in public administration: recente trends, regional and international developments and emerging issues. *Economic & Social Affairs*, United Nations.

Benito, B., Guilamón, M. D., & Bastida, F. (2016). The impact os transparency on the cost of sovereign debt in times of economic crisis. *Financial Accountability & Management*, 32(3), 309-334. DOI: <https://doi.org/10.1111/faam.12090>

Benito, B., Bastida, F. & García, J. (2010). Explaining differences in efficiency: an application to Spanish municipalities. *Applied Economics*, 42(4), p. 515-528. DOI: <https://doi.org/10.1080/00036840701675560>

Berliner, D. & Erlich, A. (2015). Competing for Transparency: Political Competition and Institutional Reform in Mexican States. *American Political Science Review*, 109(1), p. 110-128. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055414000616>

Bernardo, J. S., Reis, A. O., & Sediya, G. A. S. (2017). Características explicativas do nível de transparência na administração pública municipal. *Revista Ciências Administrativas*, 23(2), 277-292. DOI: <https://doi.org/10.5020/2318-0722.23.2.277-292>

Beuren, I. M.; Moura, G. D. & Kloeppe, N. R. (2013). Práticas de governança eletrônica e eficiência na utilização das receitas: uma análise nos estados brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 2(47), 421-441. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000200007>

Birskyte, L. (2018). Determinants of budget transparency in Lithuanian municipalities. *Public Performance & Management Review*, 707-731. DOI: <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1507915>

Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. (1997). Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. (2000). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. (2009) Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. (2011). Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Brollo, F., & Troiano, U. (2016). What Happens When a Woman Wins an Election? Evidence from Close Races in Brazil. *Journal of Development Economics*, 122, 28-45. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2016.04.003>

Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F., & Santiago-Boubeta, A. (2013). Budget transparency in local governments: an empirical analysis. *Local Government Studies*, 39(2), 182-207. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2012.693075>

Caba-Pérez, M., Rodríguez-Bolívar, M., & López-Hernández, A. (2014). The determinants of government financial reports online. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, 10(42), 5-31. Recuperado de: <https://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/15>

- Cavalcante, P. (2013). A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1569-1591. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600011>
- Controladoria Geral da União. (2016). *Plano amostral – EBT 3.0*. Recuperado de <https://www.gov.br/cgu/assuntos/transparencia-publica/escala-brasiltransparente/amostragem>
- Chen, C., & HAN, Y. (2018). Following the Money: the political determinants of e-fiscal transparency in US states. *Public Management Review*, 1-23. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2018.1523451>
- Cruz, C. F., Ferreira, A. C. de S., Silva, L. M. da, & Macedo, M. A. da S. (2012). Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 153-176. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100008>
- Cruz, N. F., Tavares, A. F., Marques, R. C., Jorge, S., & Sousa, L. de. (2016). Measuring Local Government Transparency. *Public Management Review*, 18(6), 866-893. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2015.1051572>
- Cuadrado-Ballesteros, B. (2014). The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency. *Government Information Quarterly*, 31(2), 265-277. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2013.10.012>
- Cucciniello, M., Porumbescu, G.P., & Grimmelikhuijsen, S. (2016). 25 years of transparency research: evidence and future directions. *Public Administration Review*, 77(1), 32-44. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12685>
- Esteller-Moré, A., & Polo-Otero, J. (2012). Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond? *Public Management Review*, 14(8), 1153-1173. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2012.657839>
- Fávero, L. P. (2014). *Análise de dados: modelos de regressão*. São Paulo, SP: Editora Campus.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier.
- Figueiredo, V. S., & Santos, W. J. L. (2013). Transparência e controle social na administração pública. *Temas de Administração Pública*, 8(1). Recuperado de: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/issue/current>
- Gains, C. & Annesley, F. (2010). The core executive: Gender, power and change. *Political Studies*, 58(5), p. 909-929. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00824.x>
- García, A. C., & García-García, J. (2010). Determinants of Online Reporting of Accounting Information by Spanish Local Government Authorities. *Local Government Studies*, 36(5), 679-695. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2010.506980>
- Gavazza, A., & Lizzeri, A. (2009). Transparency and economic policy. *Review of Economic Studies*, 76(3), 1023-1048. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-937X.2009.00547.x>
- Guillamón, M., Bastida, F., & Benito, B. (2011). The determinants of local government's financial transparency. *Local Government Studies*, 37(4), 391-406. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2011.588704>
- Hollyer, J., Rosendorff, B., & Vreeland, J. (2011). Democracy and transparency. *The Journal of Politics*, 73(4), 1191-1205. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022381611000880>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Estimativas da população: downloads*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Perfil dos municípios brasileiros: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE.

- Jevoux, A. B. (2018). *Prefeitas no sul de Minas Gerais: como estruturas sociais afetam as dirigentes do poder executivo* (Trabalho de Conclusão de Curso), Varginha, Brasil.
- Laswad, F., Fisher, R. & Oyelere, P. (2005). Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), p. 101-121. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2004.12.006>
- Lowatcharin, G., & Menifield, C. E. (2015). Determinants of internet-enabled transparency at the local level: a study of Midwestern County Web Sites. *State and Local Government Review*, 42(2), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1177/0160323X15593384>
- Ministério Público Federal. (2016). *Ranking Nacional de Transparência: governo municipal*. Recuperado de <http://sig.mpf.br/MicroStrategy/servlet/mstrWeb?evt=3140&src=mstrWeb.3140&documentID=CD5BD3BA11E621B2E4D90080EFC54015&server=MSTRIS.PGR.MPF.MP.BR&Project=Ranking%20da%20Transparencia&port=0&share=1>
- Ministério Público Federal. (2020). *Ranking Nacional de Transparência: itens avaliados*. Recuperado de <http://combateacorrupcao.mpf.br/ranking/como-ajudar-new/ranking/itensavaliados>
- Norris, D. F., & Moon, M. J. (2005). Advancing E-government at the grassroots: Tortoise or hare? *Public Administration Review*, 65(1), 64-75., 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00431.x>
- Piña, G., & Avellaneda, C. (2018). Central government strategies to promote local governments' transparency: guidance or enforcement? *Public Performance & Management Review*, 42(2), 357-382. DOI: <https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1462215>
- Piotrowski, S. J., & Van Ryzin, G. G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *American Review of Public Administration*, 37(3), 306-323. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074006296777>
- Reis, A. O., Almeida, F. M. & Ferreira, M. A. M. (2018). Relações entre corrupção percebida e transparência orçamentária: um estudo com abordagem cross-national. *Revista Contemporânea De Contabilidade*, 15(37), 158-177. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n37p158>
- Ríos, A. M, Benito, B., & Bastida, F. (2016). Factors explaining public participation in the central government budget process. *Australian Journal of Public Administration*, 76(1), 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8500.12197>
- Rodríguez-García, M. J. (2015). Local Women's Coalitions: Critical Actors and Substantive Representation in Spanish Municipalities. *European Journal of Women's Studies*, 22(2), 223-240. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506814549424>
- Serrano-Cinca, C., Rueda-Tomás, M., & Portillo-Tarragona, P. (2009). Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 27(2), 355-378. DOI: <https://doi.org/10.1068/c07116r>
- Silva, W. A. O., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 415-431. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170383>
- Sol, D. A. del. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90-107. DOI: <https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422>
- Souza, F. J. V., Barros, C. C., Araújo, F. R., & Silva, M. C. (2013). Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(3), 94-113. Recuperado de: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37782/indice-de-transparencia-municipal--um-estudo-nos-municipios-mais-populosos-do-rio-grande-do-norte/i/pt-br>
- Styles, A. K., & Tennyson, M. (2007). The accessibility of financial reporting of U.S. municipalities on the internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 19(1), 56-92. DOI: <https://doi.org/10.1108/JPBAFM-19-01-2007-B003>

- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, 7(2), 93-114. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.38573>
- Tavares, A. F., & Cruz, N. F. da. (2017). Explaining the transparency of local government websites through an political Market framework. *Government Information Quarterly*, 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.giq.2017.08.005>
- Tribunal Superior Eleitoral. (2016). *Eleições 2016: número de prefeitas eleitas em 2016 é menor que 2012*. Recuperado de <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/eleicoes-2016-numero-de-prefeitas-eleitas-em-2016-e-menor-que-2012>
- Visentini, M. S., Söthe, A., Scheid, L. L., & Fenner, V. U. (2019). Avaliação da produção científica nacional acerca da temática da transparência na gestão pública. In *Anais do 9º Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, RS. Recuperado de: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/18911>
- Wehner, J., & Renzio, P. (2013). Citizens, legislators, and executive disclosure: the political determinants of fiscal transparency. *World Development*, 41, 96-108. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.06.005>
- Weyer, B. (2007). Twenty Years Later: Explaining the Persistence of the Glass Ceiling for Women Leaders. *Women in Management Review*, 22(6), 482-496. DOI: <https://doi.org/10.1108/09649420710778718>

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: V. U. Fenner, M. S. Visentini, F. S. Smolski

Coleta de dados: V. U. Fenner

Análise de dados: V. U. Fenner, M. S. Visentini, F. S. Smolski

Discussão dos resultados: V. U. Fenner, M. S. Visentini, F. S. Smolski

Revisão e aprovação: V. U. Fenner, M. S. Visentini

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

José Alonso Borba, Denize Demarche Minatti Ferreira, Carlos Eduardo Facin Lavarda.

HISTÓRICO

Recebido em: 15/10/2021 – Revisado por pares em: 16/04/2022 – Reformulado em: 18/05/2022 – Recomendado para publicação em: 10/11/2022 – Publicado em: 22/12/2022